

Chefe do Pnud defende taxar múltis e ‘super-ricos’

Para Achim Steiner, medidas permitiriam fortalecer o combate a pobreza, desigualdade e mudanças climáticas

Por Estevão Tair — De Brasília

Valor, 28/02/2024

Medidas que elevem a arrecadação dos países, como a taxação global de multinacionais e um imposto sobre os “super-ricos” ao redor do planeta, abrem espaço para fortalecer o combate a pobreza, desigualdade e mudanças climáticas. A avaliação é do subsecretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Achim Steiner. Ele está no Brasil para as reuniões do G20, grupo que reúne as principais economias do planeta, além de União Europeia e União Africana.

Em entrevista exclusiva ao **Valor**, Steiner destaca a importância “de os governos aumentarem receitas para realizarem os investimentos necessários” no combate aos três desafios: pobreza, desigualdade e mudanças climáticas.

“Isso depende bastante da arrecadação doméstica”, diz. A ONU calcula que, para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos em 2015 pela Assembleia Geral da entidade sejam alcançados, os países precisarão investir US\$ 5,4 trilhões anualmente, dos quais US\$ 2,4 trilhões em investimentos climáticos.

A taxação de multinacionais foi defendida ontem pela secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, em entrevista coletiva realizada em São Paulo - onde ela também está para as reuniões do G20. A proposta, elaborada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugere taxação de pelo menos 15% sobre os lucros de multinacionais com receita anual superior a € 750 milhões, independentemente do local em que elas operem.

Para Steiner, as declarações de Yellen são “um sinal importante de que muitos países concordaram” que a proposta é “boa para todo mundo”. Ele reconhece, no entanto, que a implantação do imposto “obviamente vai demorar para ser negociada”.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em entrevista ao jornal “O Globo” no fim de semana que apresentará nas reuniões do grupo uma proposta para a taxação global dos “super-ricos”.

Estamos observando como o Brasil vai avançar, porque são assuntos complexos”

O subsecretário da ONU destaca que não conhece o conteúdo da proposta. Mas diz que com o aumento da arrecadação governamental talvez essa seja “uma maneira melhor” de direcionar “parte da riqueza global” para “enfrentarmos alguns dos grandes desafios” atuais. Entre os exemplos dos desafios, ele cita a “necessidade de investimentos em tecnologias que levem a economia e a criação de empregos para o futuro”.

Para Steiner, a presidência brasileira do G20 também é uma notícia positiva, justamente por trazer um foco “muito bem-vindo” para o combate a pobreza, desigualdade e mudanças climáticas. A presidência começou em 1º de dezembro do ano passado e vai até 30 de novembro próximo.

Mas o subsecretário da ONU chama atenção para outros problemas que pretende tratar durante as reuniões ao longo da semana. Um é a performance desigual da economia mundial depois das elevações das taxas básicas de juros em todo o planeta. Enquanto os países ricos vêm conseguindo alcançar um “pouso suave”, a mesma coisa não acontece com os países em desenvolvimento, de acordo com o administrador do Pnud.

Um segundo problema é o serviço da dívida pago também pelos países em desenvolvimento. Durante a maior parte da pandemia, o G20 suspendeu o pagamento da dívida que essas nações tinham com o grupo e organismos multilaterais. Posteriormente, criou uma espécie de tratamento comum (“common framework”) para lidar com essas obrigações.

Ainda assim, números da ONU mostram as dificuldades que diversas economias vêm enfrentando: países de renda baixa gastam em média 130% a mais no serviço da dívida do que em assistência social e 40% a mais do que gastam em saúde; 48 países gastam mais de 10% de sua arrecadação com o serviço da dívida, contra 28 países uma década atrás; em 22 dos “países mais pobres do mundo” o custo do serviço da dívida externa deve superar 20% da arrecadação no futuro, o que não acontecia há mais de duas décadas.

“Tudo isso significa que esses recursos não estão disponíveis para educação, saúde, infraestrutura e certamente não estão disponíveis para os grandes investimentos necessários no combate às mudanças climáticas”, afirma. “A nossa responsabilidade é lembrar para o G20 que as decisões deles afetam todos os países.”

Um desafio adicional com o qual o grupo terá que lidar são as tensões geopolíticas. “A geopolítica imediatamente afeta a habilidade de os países se unirem no G20 e concordarem em atuarem juntos”, diz Steiner, destacando que “passos mais ousados” em temas como mudanças climáticas e serviço da dívida das nações em desenvolvimento já vêm esbarrando nessas tensões.

Dentro do Brasil especificamente, ele elogia o Plano de Transição Ecológica coordenado pelo Ministério da Fazenda. De acordo com o subsecretário da ONU, “há sinais extraordinários” de que o plano traça um “bom caminho” a ser seguido por outros países. Mas, mais uma vez, Steiner reconhece que a implantação de todas as medidas não é algo simples.

“Estamos observando como o Brasil vai avançar, porque são assuntos complexos. Alguns são de curtíssimo prazo, ligados a questões fiscais, subsídios, impostos. Outros são de longo prazo, como qual a maneira de incentivar o setor privado a investir na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas”, afirma. Steiner nasceu no Brasil, mas se mudou ainda na infância e também tem nacionalidade alemã. Ele é administrador do Pnud desde 2017, atualmente no segundo mandato. É graduado em filosofia, política e economia pela Universidade de Oxford e tem passagens acadêmicas, entre outras instituições, pela Universidade Harvard e pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento.

Haddad: Precisamos fazer que bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em impostos

“Precisamos entender a pobreza e as mudanças climáticas como desafios verdadeiramente globais”, destacou na abertura do encontro de ministros das finanças do G20

Por

Anais Fernandes e Marcelo Osakabe

Valor — São Paulo 28/02/2024

Na abertura do primeiro encontro de ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais dos países membros do G20, em São Paulo, o **ministro da Fazenda, Fernando Haddad**, defendeu uma **redefinição do modelo de globalização**, o enfrentamento da pobreza e das mudanças climáticas enquanto problemas mundiais, e justiça tributária, por exemplo, com a criação de uma taxa mínima global para a riqueza.

Segundo Haddad, crises recentes como a financeira global de 2008 mostraram os limites da globalização que se construía até então.

“Não há ganhadores na atual crise da globalização”, afirmou Haddad. Ele participou virtualmente do encontro, já que foi diagnosticado com covid recentemente.

“Embora países mais pobres paguem preço proporcionalmente mais alto, seria ilusão pensar que países ricos podem dar as costas para o mundo e focar apenas soluções nacionais”, disse. “Precisamos entender a pobreza e as mudanças climáticas como desafios verdadeiramente globais.”

Segundo Haddad, aproveitando a experiência da Índia, a atual presidência brasileira do grupo assumiu o desafio de fazer um G20 inclusivo. Nesse sentido, o ministro citou a necessidade de avançar não só nos temas de reforma da governança global e combate à pobreza e à desigualdade, mas também em financiamento efetivo de um desenvolvimento sustentável, tributação justa e a questão do endividamento crônico de vários países, entre outros.

“Ao mesmo tempo em que milhões saíram da pobreza, especialmente na Ásia, houve substancial aumento da desigualdade no mundo”, exemplificou.

O desenvolvimento sustentável, disse Haddad, não será possível sem atenção à estabilidade financeira global.

No campo tributário, Haddad citou a proposta de uma tributação mínima global. Segundo ele, junto com o avanço de temas, por exemplo, no âmbito da OCDE, a tributação mínima global sobre riqueza poderá constituir um terceiro pilar na cooperação tributação internacional.

“Precisamos fazer com que bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em impostos”, afirmou.

Os temas que o Brasil escolheu para sua presidência no G20, segundo Haddad, emergem exatamente do objetivo de construir uma nova globalização. O Brasil propôs forças-tarefa, por exemplo, sobre clima, fome e pobreza.

No último ano, disse Haddad, o Brasil recuperou a capacidade do Estado de sustentar políticas de redução de pobreza. “O Brasil está novamente em posição de oferecer agenda econômica ao mundo”, afirmou.